

Demonstrações Financeiras Auditadas

Banco ABC Brasil S.A.

30 de junho de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações financeiras auditadas

30 de junho de 2025

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente	3
Demonstrações financeiras intermediárias	
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

Desempenho no semestre findo em 30 de junho de 2025

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do semestre encerrado em 30 de junho de 2025 do Banco ABC Brasil S.A.

Banco ABC Brasil S.A.

O Banco ABC Brasil S.A. ("Banco") é um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio e grande porte, um dos únicos do país a contar com suporte de um controlador internacional e autonomia local.

O Banco é administrado por uma equipe de executivos altamente qualificados, com longa experiência no mercado financeiro, que também são acionistas do Banco e contam com ampla autonomia na tomada de decisões, sendo capazes de detectar e explorar oportunidades setoriais e conjunturais da economia brasileira.

O Banco está presente no Brasil desde 1989, quando iniciou a construção de uma base sólida de clientes corporativos, oferecendo um amplo portfólio de produtos e serviços financeiros de alto valor agregado. É reconhecido no mercado pela profunda expertise na análise e concessão de crédito.

O Banco ABC Brasil S.A. (ABCB4) está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão).

Estrutura Acionária

A estrutura acionária do Banco ABC Brasil S.A. era a seguinte em 30 de junho de 2025: Bank ABC (através da participação direta da Marsau Uruguay Holdings): 62,6%; Mercado: 30,8%; Administradores e Conselheiros: 5,0%; e Ações em Tesouraria: 1,6%.

Rentabilidade dos Negócios

O Banco ABC Brasil S.A. apresentou um lucro líquido de R\$469,7 milhões no primeiro semestre de 2025, representando um retorno sobre o patrimônio médio de 14,5% a.a. no primeiro semestre de 2025.

Carteira de Crédito

A carteira de crédito (considerando empréstimos e garantias prestadas) atingiu R\$33,7 bilhões ao final de junho de 2025. Em relação à qualidade da carteira, 96,1% das operações com empréstimos e 100% das operações com garantias prestadas estavam classificadas nos Estágios 1 e 2 ao final de junho de 2025, de acordo com a Resolução nº 4.966/21 do Banco Central. Considerando as duas carteiras, 97,6% estavam classificadas nos Estágios 1 e 2 ao final de junho de 2025. O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (considerando empréstimos e garantias prestadas) atingiu R\$854 milhões (incluindo R\$190 milhões de Provisão Prospectiva) ao final de junho de 2025.

Resolução CVM 80/2022

Em atendimento à Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo auditor independente, o Banco ABC S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Declaramos que foram prestados serviços, com prazo inferior a um ano, relacionados a (i) Asseguração limitada sobre relatório ESG e (ii) Procedimento previamente acordado sobre operações garantidas pelo programa FGI PEAC. Contratamos um total de R\$180 mil referente a tais serviços, o que equivale a 7,1% dos honorários de auditoria externa relativos às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 do Banco e suas controladas.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Cláusula Compromissória de Arbitragem

O Banco ABC Brasil S.A. está vinculado à arbitragem na câmara de arbitragem do mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Gestão de Risco

1- Risco Corporativo

Para o Banco, a gestão de risco é um processo que visa à criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, de modo contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.557/17, 4.745/19 e 4.945/21, o Banco mantém estruturas específicas de gerenciamento de riscos, de gerenciamento de capital e de responsabilidade socioambiental, respectivamente. Em atendimento às resoluções mencionadas anteriormente e à Resolução BCB 54/20, informações referentes ao processo de gestão de risco do Banco ABC Brasil estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrazil.com.br > Relações com Investidores > Informações aos Investidores > Gestão de Riscos e Capital > Estrutura de Gestão de Risco - Pilar 3.

A Gestão do Risco Corporativo é responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, que, além de executar suas atividades, devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas com condições de tratá-los. Embora seja responsabilidade de todas as áreas e colaboradores, a gestão é exercida de forma centralizada, na Diretoria de Gestão de Riscos, que atua como segunda linha de defesa.

A estrutura de governança do Banco considera que a instituição deve ser gerida com foco principal na geração de valor aos acionistas, sem ferir o direito das partes interessadas e respeitando as leis que regulam os mercados, dentro dos padrões éticos aceitos e recomendados. Essa estrutura atende à regulação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos definidos pela regulação vigente, tais como o Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, o Comitê de Auditoria, o Comitê de Remuneração, o Comitê de Riscos e o Comitê ESG, suportados por colegiados internos, o Comitê Executivo, além de outros comitês operacionais, tais como o Comitê de Crédito, o Comitê Financeiro e o Comitê de Riscos Não-Financeiros.

O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite ao risco da instituição, pela aprovação das estratégias de negócio e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir, ainda, a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe, para isso, o suporte dos comitês de assessoramento.

Ao Comitê Executivo cabe a execução das definições do Conselho de Administração e gestão das atividades da instituição.

2- Risco Operacional

O Banco reconhece que o risco operacional constitui uma categoria específica de risco, e como tal deve ser gerenciado. Sua gestão deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, levando em consideração todos os seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão do risco operacional contempla também os riscos legais.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco. O Comitê de Riscos não Financeiros (CORINF) é o órgão colegiado interno que discute os assuntos de risco operacional, continuidade de negócios, Compliance, segurança da informação e controles internos.

3- Risco de Mercado e Liquidez

A gestão dos riscos de mercado e liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez corrente e futura.

A Tesouraria executa as determinações do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos de prazo de juros e moedas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões quinzenais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos provê informações diárias à Administração, à Tesouraria e aos membros do Comitê Financeiro, além de elaborar periodicamente relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite à risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado, bem como na criação de novos produtos ou atividades relacionadas.

4- Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito e concessão de crédito abrange as atividades de concessão, administração, monitoramento e gestão do portfólio do Banco no que tange o apetite de risco, assim como a gestão do provisionamento. A gestão do apetite de risco inclui tanto a visão individual por grupo econômico, cliente e operação, quanto a agregada por fatores de risco na visão portfólio, como concentração por setor, produto ou região.

A aprovação do relacionamento com os clientes e da concessão de linhas de crédito é de responsabilidade do Comitê de Crédito, até os limites da alçada da Administração. Acima disso, a aprovação é responsabilidade exclusiva do Comitê de Riscos do Conselho.

O processo de gestão ocorre de forma dinâmica e compartilhada, notadamente nas áreas de Análise, Administração e Gerenciamento de Risco de Crédito, que fazem parte da estrutura da Vice-Presidência de Gestão de Riscos e Crédito. Visa, com isto, garantir que os riscos estejam dentro dos limites estipulados e que a cobertura de garantias requerida esteja nos níveis desejados, com a qualidade esperada e acessível ao Banco em caso de inadimplemento.

Também é responsabilidade da área de Gestão de Risco de Crédito o monitoramento da carteira de crédito. Isso inclui o acompanhamento da qualidade das carteiras e a execução de testes de estresse, além do desenvolvimento e desempenho dos modelos de atribuição de classificação de risco de contraparte. A área também monitora as exposições garantindo que o portfólio esteja de acordo com os normativos do regulador.

5- Responsabilidade Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática ("PRSAC") aprovada pelo Conselho no 4T24 traça os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que o Banco considera para a condução dos seus negócios, atividades, processos e relação com as partes interessadas, em aderência à Resolução CMN 4.945/21.

O Banco ABC Brasil dispõe de metodologia desenvolvida internamente para análise do Risco Socioambiental e Climático, utilização de ferramentas de pesquisa e estrutura de governança que propiciam o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos de forma integrada com gerenciamento de riscos de crédito, de mercado, legal e de reputação. O Banco também aplica, de acordo com critérios internos de elegibilidade, questionários e diligências socioambientais e climáticas junto aos clientes.

6- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pelo Comitê Executivo e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pela Área de Finanças, que é também responsável pela estruturação do plano estratégico anual e pelo acompanhamento do orçamento. Trata-se de um processo integrado com a área de Gestão de Riscos. Em atendimento às Resoluções CMN nºs 4.557/17 e 4.745/19, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no site da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.abcbrasil.com.br > Relações com Investidores > Informações aos Investidores > Gestão de Riscos e Capital > Estrutura de Gestão de Capital.

7- Risco de Conformidade

O Banco ABC Brasil S.A., realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa, onde cada uma das linhas desempenha papéis e responsabilidades distintas e complementares e mantém um conjunto de procedimentos, alinhado às melhores práticas do mercado, que garante o cumprimento das determinações legais, regulamentares e de suas políticas internas.

Considera-se risco de conformidade, a possibilidade das sociedades integrantes do Grupo ABC Brasil e/ou suas controladas sofrerem sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação ou outros danos decorrentes do descumprimento ou falhas na observância do arcabouço legal, da regulamentação ou dos princípios e valores corporativos.

Neste sentido, é importante destacar a importância das áreas de negócios e suporte (1ª Linha de Defesa), Agentes de Compliance, que estão presentes em todas as áreas do Banco e que são figuras centrais no processo de gestão de riscos e controles do conglomerado, que contam com apoio da área institucional de Compliance Regulatório (2ª Linha de Defesa) e buscam assegurar a conformidade com as exigências normativas dos órgãos reguladores.

A área de Compliance é a unidade responsável pela gestão do risco de conformidade do Grupo ABC Brasil, nos termos da Resolução CMN nº 4.595/17. A cultura de Compliance é responsabilidade de todos, os administradores e colaboradores da Instituição, que devem conhecer suas responsabilidades, cumprindo com a legislação e regulamentação, e normativos internos aplicáveis aos seus negócios e às suas atribuições. A forma de atuação da área de Compliance compreende ações preventivas, detectivas e corretivas.

São Paulo, 11 de agosto de 2025.

A Administração



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Shape the future
with confidence

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Diretoria do
Banco ABC Brasil S.A.
São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco ABC Brasil S.A., identificadas como “Banco” e “Consolidado” respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco ABC Brasil S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e suas controladas são altamente dependentes de sua estrutura de tecnologia e de seus sistemas, os quais passam por mudanças constantes, possuem alto nível de integração entre si e com fontes de informação externas ao Banco, além de processarem um alto volume de transações. Devido a essas razões, consideramos o ambiente de tecnologia um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

No curso de nossos exames, envolvemos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao ambiente de tecnologia, bem como na execução de procedimentos de auditoria para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia, para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão, revisão e revogação de acesso a usuários. Também, realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas, para as rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ambiente de tecnologia, que está consistente com a avaliação da Diretoria do Banco, consideramos que os controles gerais de tecnologia sobre os sistemas relevantes do Banco e suas controladas e as rotinas contábeis consideradas relevantes operaram de forma aceitável, especialmente no processamento de informações contábeis consideradas relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 e 7, o Banco possuía ativos financeiros no montante de R\$ 53.548.670 mil (R\$ 54.553.893 mil no Consolidado) e passivos financeiros no montante de R\$ 12.853.661 mil (R\$ 12.853.492 mil no Consolidado), com respectiva provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito no montante de R\$ 1.166.415 mil (R\$1.172.398 mil no Consolidado), levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco das contrapartes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos parâmetros de cálculo da Perda Esperada, como probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, expectativa de recuperação do instrumento financeiro, cálculo de valor presente, saldo contábil, fator de conversão de crédito e taxa de juros efetiva, desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria para o provisionamento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (iii) garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela Diretoria; (iv) análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco das contrapartes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23; (vi) reconciliação dos registros contábeis com os controles analíticos; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas às provisões adotadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 6 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor justo de títulos e valores mobiliários classificados no nível 3

Conforme nota explicativa nº 5.a, em 30 de junho de 2025 o Banco possuía títulos e valores mobiliários classificados no nível 3 dentro da hierarquia de níveis de valor justo, no montante de R\$ 794.962 mil (Banco e Consolidado). Esses títulos e valores mobiliários não possuem cotação de preço em mercado ativo e são mensurados com base em técnicas de valorização que incluem dados não observáveis em mercado ativo.



**Shape the future
with confidence**

Devido à relevância para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, à necessidade de desenvolvimento pelo Banco de uma metodologia interna de precificação, com emprego de premissas subjetivas e dados não observáveis no mercado, assim como o emprego de cálculos matemáticos que devem ser parametrizados em sistemas ou em planilhas eletrônicas, consideramos o valor justo de títulos e valores mobiliários classificados no nível 3 um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) o entendimento do processo, metodologia e premissas estabelecidos pela Diretoria para a precificação dos títulos e valores mobiliários; (ii) avaliação do desenho e efetividade operacional dos controles chaves referentes ao processo de registro e precificação dos títulos e valores mobiliários. Adicionalmente, realizamos, com base em amostragem, os seguintes procedimentos para as operações selecionadas: (i) confirmação de existência do item selecionado na amostra, por meio da verificação dos extratos dos órgãos custodiantes e/ou contratos firmados entre as partes, incluindo a verificação dos principais termos e condições pactuados; (ii) recalculamos de forma independente o valor justo de uma amostra de itens e avaliamos as metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na determinação do valor justo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados no nível 3, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 5.a são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria do Banco, e apresentadas como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Brasileira de Contabilidade e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Shape the future
with confidence

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo, 11 de agosto de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gilberto Bizerra De Souza', is written over a faint, light blue horizontal line.

Gilberto Bizerra De Souza
Contador CRC RJ-076328/O

Banco ABC Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

		Banco	Consolidado
	Notas	30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades	4	558.095	572.853
Ativos financeiros ao custo amortizado		43.342.152	44.309.435
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.611.437	4.612.047
Títulos e valores mobiliários	5.a	18.394.526	18.180.362
Operações de crédito	6	20.803.430	20.805.141
Outros Ativos Financeiros		549.745	1.734.854
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.016.986)	(1.022.969)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes		1.327.699	1.364.363
Títulos e valores mobiliários	5.a	1.328.689	1.365.353
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(990)	(990)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		11.762.457	13.412.673
Títulos e valores mobiliários	5.a	7.860.843	7.856.136
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	4.002.393	5.657.316
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(100.779)	(100.779)
Outros ativos		3.696.025	4.505.220
Ativo fiscal diferido	18	2.056.963	2.083.046
Ativos fiscais correntes		333.757	383.271
Ativos não financeiros mantidos para venda		100.232	100.232
Outros	8	1.205.073	1.938.671
Investimentos		1.091.169	-
Participações em coligadas e controladas	9	1.091.169	-
Imobilizado de uso e intangível	10	273.728	273.728
Total do ativo		62.051.325	64.438.272

Banco ABC Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

		Banco	Consolidado
	Notas	30/06/2025	30/06/2025
Passivos financeiros ao custo amortizado		51.402.452	52.305.546
Depósitos	11	9.713.764	8.769.019
Captação no mercado aberto	11	1.667.765	1.665.678
Recurso de aceites e emissão de títulos	11	24.306.625	24.306.625
Dívidas subordinadas	11	3.306.658	3.306.658
Obrigações por empréstimos	11	7.164.592	8.312.433
Obrigações por repasses	11	4.362.252	4.362.252
Outros passivos financeiros	12	833.136	1.535.221
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	47.660	47.660
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		2.854.397	4.131.267
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	2.854.397	4.131.267
Outros passivos		1.213.073	1.397.399
Obrigações fiscais correntes	13	155.366	186.464
Obrigações fiscais diferidas	13	1.041.293	1.194.521
Provisão para contingências	22.d	16.414	16.414
Patrimônio líquido		6.581.403	6.604.060
Capital social		5.698.603	5.698.603
Ações em tesouraria		(76.573)	(76.573)
Reserva de capital		88.589	88.589
Reserva de lucros		682.145	682.145
Outros resultados abrangentes		3.817	3.817
Lucros acumulados		184.822	184.822
Participação de não controladores		-	22.657
Total do passivo e patrimonio liquido		62.051.325	64.438.272

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstração dos resultados
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

		Banco	Consolidado
	Notas	30/06/2025	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		4.249.726	4.375.363
Operações de crédito		1.836.726	1.842.187
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.992.313	1.981.220
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.b	151.419	253.362
Resultado de operações de câmbio		269.268	298.594
Despesas da intermediação financeira		(2.675.404)	(2.694.327)
Operações de captação no mercado		(2.291.204)	(2.310.780)
Operações de empréstimos e repasses		(213.663)	(213.663)
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(170.537)	(169.884)
Variações cambiais líquidas	25.b	(801.509)	(801.509)
Resultado da intermediação financeira		772.813	879.527
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(218.859)	(267.409)
Receitas de prestação de serviços	14	139.679	223.126
Despesas de pessoal		(240.020)	(265.497)
Outras despesas administrativas	15	(172.526)	(179.989)
Despesas tributárias		(44.885)	(64.653)
Outras receitas operacionais	16	21.369	21.508
Outras despesas operacionais	17	(1.829)	(1.904)
Resultado de participações em controladas e coligadas	9	79.353	-
Resultado operacional		553.954	612.118
Resultado não operacional		5.847	5.847
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		559.801	617.965
Imposto de renda e contribuição social	18	12.189	(27.939)
Corrente		-	(21.482)
Diferido		12.189	(6.457)
Participações nos lucros e resultados	21	(102.323)	(111.856)
Participações de acionistas não controladores		-	(8.503)
Lucro líquido do período		469.667	469.667
Lucro por ação - básico	23.f	2,02	
Lucro por ação - diluído	23.f	1,98	

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Saldos acumulados do semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>Banco</u> 30/06/2025	<u>Consolidado</u> 30/06/2025
Apuração do valor adicionado			
Receitas		4.240.237	4.450.113
Receitas da intermediação financeira		4.249.726	4.375.363
Receitas de prestação de serviços	14	139.679	223.126
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(170.537)	(169.884)
Outras receitas operacionais	16	21.369	21.508
Despesas de intermediação financeira		(2.504.867)	(2.524.443)
Variações cambiais (Líquidas)	25.b	(801.509)	(801.509)
Insumos adquiridos de terceiros		(122.947)	(129.434)
Processamento de dados	15	(44.231)	(45.610)
Comunicações	15	(2.241)	(2.315)
Serviços de terceiros	15	(10.435)	(10.330)
Serviços do sistema financeiro	15	(20.808)	(22.745)
Serviços técnicos especializados	15	(20.666)	(22.223)
Despesas de viagem	15	(4.107)	(4.539)
Promoções e relações públicas	15	(714)	(719)
Outras despesas operacionais	17	(1.829)	(1.904)
Receitas não operacionais		27.605	27.605
Despesas não operacionais		(21.758)	(21.758)
Outras despesas administrativas		(23.763)	(24.896)
Valor adicionado bruto		810.914	994.727
Retenções		(30.528)	(30.528)
Depreciação e amortização	15	(30.528)	(30.528)
Valor adicionado líquido produzido		780.386	964.199
Valor adicionado recebido em transferência		79.353	-
Resultado de participações em controladas	9	79.353	-
Valor adicionado total a distribuir		859.739	964.199
Distribuição do valor adicionado		859.739	964.199
Pessoal		295.815	326.255
Remuneração direta		149.401	165.893
Benefícios		31.476	34.796
Encargos sociais - FGTS		12.103	13.132
Treinamentos		512	578
Participações nos lucros e resultados	21	102.323	111.856
Impostos, taxas e contribuições		79.224	143.690
Federais		70.947	131.998
Estaduais		1	1
Municipais		8.276	11.691
Remuneração de capitais de terceiros		15.033	16.083
Aluguéis	15	15.033	16.083
Remuneração dos acionistas		469.667	478.171
Juros sobre o capital próprio	23.b	261.361	261.361
Lucros retidos		208.306	208.306
Participações de acionistas não controladores		-	8.503

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	<u>Banco</u> <u>30/06/2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2025</u>
Lucro líquido do período	469.667	469.667
Itens não reclassificáveis para a demonstração do resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.499	2.499
Variação de valor justo	4.544	4.544
Efeito fiscal	(2.045)	(2.045)
Resultado abrangente total	472.166	472.166

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Saldos acumulados do semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	Banco								
	Capital social	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Reserva de capital	Reserva legal	Equalização de dividendos	Recompra de ações				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.698.603	97.239	159.763	694.399	55.000	(239.794)	-	(77.863)	6.387.347
Mudança na adoção inicial da 4.966	-	-	-	(250.501)	-	241.112	-	-	(9.389)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	5.698.603	97.239	159.763	443.898	55.000	1.318	-	(77.863)	6.377.958
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	2.499	-	-	2.499
Aquisição / distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	1.290	1.290
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	469.667	-	469.667
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(261.361)	-	(261.361)
Constituição / reversão de reserva	-	(8.650)	23.484	-	-	-	(23.484)	-	(8.650)
Saldos em 30 de junho de 2025	5.698.603	88.589	183.247	443.898	55.000	3.817	184.822	(76.573)	6.581.403

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Saldos acumulados do semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	Consolidado									
	Capital social	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Participações de acionistas não controladores	Total
Reserva de capital		Reserva legal	Equalização de dividendos	Recompra de ações						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.698.603	97.239	159.763	694.399	55.000	(239.794)	-	(77.863)	23.767	6.411.114
Mudança na adoção inicial da 4.966	-	-	-	(250.501)	-	241.112	-	-	-	(9.389)
Saldos em 01 de Janeiro de 2025	5.698.603	97.239	159.763	443.898	55.000	1.318	-	(77.863)	23.767	6.401.725
Ajuste ao valor de mercado - instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	2.499	-	-	-	2.499
Aquisição / distribuição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	1.290	-	1.290
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	469.667	-	8.503	478.170
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(261.361)	-	1.985	(259.376)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.598)	(11.598)
Constituição / reversão de reserva	-	(8.650)	23.484	-	-	-	(23.484)	-	-	(8.650)
Saldos em 30 de junho de 2025	5.698.603	88.589	183.247	443.898	55.000	3.817	184.822	(76.573)	22.657	6.604.060

Banco ABC Brasil S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa
Saldos acumulados do semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do período	1.354.379	1.453.048
Lucro líquido do período	469.667	469.667
Ajustes ao lucro líquido:	884.712	983.381
Depreciações e amortizações	30.528	30.528
Resultado de participações em controladas	(79.353)	-
Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	170.537	169.884
Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	(24.603)	(24.603)
Resultado na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	19.028	19.028
(Reversão) de outras provisões	(13.300)	(11.971)
(Reversão) de provisão para contingências	(5.552)	(5.552)
Juros e atualização monetária de ativos	(1.893)	(1.899)
Imposto diferido	(12.189)	6.457
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em ativos e passivos	801.509	801.509
Variação de ativos e passivos	(1.671.369)	(1.714.449)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	548.556	547.946
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.710.773)	(1.664.676)
Redução em operações de créditos	1.650.533	1.654.582
Redução em instrumentos financeiros derivativos	570.365	553.355
(Aumento) / redução ativos fiscais diferidos	332.781	(282.661)
(Aumento) em impostos e contribuições a compensar	(38.015)	(35.183)
Redução em ativos não financeiros mantidos para venda	55.531	55.922
(Aumento) / redução em outros ativos - outros	(12.684)	329.811
(Redução) em depósitos	(2.478.638)	(2.564.931)
(Redução) em captações no mercado aberto	(340.969)	(292.023)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	1.156.729	1.156.729
(Redução) em obrigações por empréstimos	(2.020.156)	(2.152.196)
Aumento em obrigações por repasses	480.999	480.999
(Redução) / aumento em outros passivos financeiros	111.747	(7.148)
Aumento em passivos fiscais	213.436	300.634
(Redução) / aumento em obrigações por passivos fiscais diferidos	(132.741)	318.561
Impostos pagos	(58.070)	(114.170)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais	(316.990)	(261.401)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso e intangível	(21.520)	(21.520)
Reversão de reserva de capital	(8.650)	(8.650)
Dividendos recebidos	41.655	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	11.485	(30.170)
Atividades de financiamento		
Resgate parcial de dívidas subordinadas	(316.978)	(316.978)
(Redução) em ações em tesouraria	1.290	1.290
Juros sobre o capital próprio	(261.361)	(261.361)
Participação de acionistas não controladores	-	(1.110)
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	(577.049)	(578.159)
Efeitos das mudanças das taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(189)	(189)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(882.743)	(869.919)
No início do período	5.672.404	5.674.338
No final do período	4.789.661	4.804.419
Variações nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(882.743)	(869.919)

1. Contexto operacional

O Banco ABC Brasil S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Bank ABC que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e de crédito imobiliário.

O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior, através de sua dependência localizada em Georgetown, Ilhas Cayman (Nota 20).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 11 de Agosto de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras, critérios de consolidação e principais práticas contábeis

i) Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação

As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC Brasil S.A., e das empresas controladas e dos fundos de investimentos:

	%
	<u>Participação</u>
<u>Controladas Diretas</u>	
ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	100%
ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	100%
ABC Brasil Investment Banking Ltda.	91,19%
<u>Controladas Indiretas</u>	
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100%
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda.	90%
Visio Gestora de Créditos Ltda.	90%
ABC M&A e ECM Ltda.	100%
ABC DCM Ltda.	100%
ABC Holding Financeira Ltda.	100%
ABC Brasil Benefícios Corretora de Seguros Ltda	89,30%
<u>Fundos de Investimentos consolidados</u>	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não padronizado ABC I.	
Baraúna Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	
Apoema Fund Ltda	

Em 15 de maio de 2025, foi constituída a empresa ABC Brasil Benefícios Corretora de Seguros Ltda. A sociedade tem como objeto social a intermediação, angariação, administração e corretagem de seguros de danos e de pessoas, de planos previdenciários, de saúde, odontológicos e de títulos de capitalização.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação, foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram devidamente eliminados.

Conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de maneira adicional às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as quais são exigidas pela Resolução nº CMN 4.818/2020 e que serão posteriormente publicadas.

ii) Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional e de apresentação do Banco ABC Brasil S.A. e de suas empresas controladas, definidas conforme previsto na Resolução nº 4.524/16 e Resolução nº 4.817/20 do Conselho Monetário Nacional.

iii) Conversão de moedas estrangeiras

Os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço. O resultado é convertido pela taxa de câmbio média mensal (nota 20).

iv) Principais práticas contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM e pelo Bacen. Por sua vez, o Bacen aprovou os seguintes pronunciamentos: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, CPC 41 - Resultado por ação, CPC 46 - Mensuração do valor Justo e CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Adicionalmente, o Bacen emitiu as Resoluções CMN nº 4.966/21, 5.019/22 e BCB nº 352/23, que tratam de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. Referidas normas entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025, sendo que os impactos provenientes de suas implementações estão descritos na nota 26.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Critérios de avaliação dos ativos

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

O valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A classificação de ativos financeiros dependem de:

- Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e
- As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco ABC Brasil representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: i) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; ii) como os gestores do negócio são remunerados; iii) e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, sendo:

- As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.
- As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.
- As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.
- As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.
- Os contratos de câmbio de compra e venda de moeda estrangeira com liquidação pronta e futura são registrados pelo valor justo e o valor do ajuste a mercado registrados como receita ou despesa.
- As operações com outros instrumentos financeiros derivativos são registradas de acordo com as características do contrato.

O Banco ABC realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 352 para: i) ativos financeiros; ii) garantias financeiras prestadas; iii) compromissos de crédito e créditos a liberar.

O Banco revisa seus ativos financeiros a cada data de balanço, com o intuito de avaliar se perdas com redução ao valor recuperável devem ser registradas na demonstração do resultado. O julgamento da Administração é requerido na estimativa do valor e período do fluxo de caixa futuro na determinação das perdas com redução ao valor recuperável. Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação financeira do cliente e ao valor realizável líquido da garantia.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime"). O reconhecimento de juros dessas operações se dá sobre o saldo devedor financeiro, sem considerar valores de provisão para perda esperada.

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, os créditos já estão em default e os eventuais juros são calculados com base no saldo contábil líquido de provisão para perda esperada. As rendas sobre as operações vencidas a mais de 90 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas.

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes.

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens.

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Critérios de avaliação dos passivos

As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço.

As operações de depósitos à vista não são remuneradas pelo Banco. As operações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos são negociadas a taxas normais de mercado.

As obrigações por empréstimos no exterior contemplam recursos captados para aplicação em operações comerciais de câmbio relativos a financiamentos à exportação e importação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As obrigações por repasses do País são representadas por fundos e programas especiais administrados por instituições oficiais, os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados por índices oficiais e encargos, calculados até a data do balanço.

As obrigações por repasses do exterior são representadas por recursos obtidos pelo Banco junto a órgãos multilaterais (IDB - Inter-American Development Bank, PROPARCO - Societe de Promotion et de Participation pour la Cooperation Economique SA e IFC - International Finance Corporation) os quais são repassados aos mutuários finais e encontram-se atualizados pela variação cambial e encargos calculados até a data do balanço.

d) Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de obrigações por repasses no exterior, o Banco designou instrumentos financeiros derivativos para proteção total ("hedge" de valor justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado.

A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. A variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os instrumentos financeiros derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos usados como proteção, bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção, estão divulgados nas Notas 5.b e 11.b respectivamente.

e) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos financeiros. Inclui também os efeitos são ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

f) Operações de crédito cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

g) Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como "Ativo Problemático", quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Uma operação é considerada reestruturada sempre que ocorrer uma renegociação que implique na concessão de vantagens à contraparte, seja em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

h) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios descritos a seguir:

• Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; e

• Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável.

3. Segregação entre circulante e não circulante

Classificação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos realizáveis até doze meses subsequentes ao balanço são classificados no circulante e aqueles cujo vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram em prazo superior a doze meses após a data do balanço são classificados em não circulante. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em sua totalidade em não circulante independentemente do prazo de realização.

A segregação do balanço patrimonial entre circulante e não circulante está demonstrada, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20.

	Consolidado		
	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Disponibilidades	572.853	-	572.853
Ativos financeiros ao custo amortizado	22.126.233	22.183.202	44.309.435
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.612.047	-	4.612.047
Títulos e valores mobiliários	5.503.763	12.676.599	18.180.362
Operações de crédito	10.861.273	9.943.868	20.805.141
Outros Ativos Financeiros	1.721.478	13.376	1.734.854
Provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito	(572.328)	(450.641)	(1.022.969)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes	89.707	1.274.656	1.364.363
Títulos e valores mobiliários	89.736	1.275.617	1.365.353
Provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito	(29)	(961)	(990)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	9.737.230	3.675.443	13.412.673
Títulos e valores mobiliários	7.151.797	704.339	7.856.136
Instrumentos financeiros derivativos	2.686.212	2.971.104	5.657.316
Provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito	(100.779)	-	(100.779)
Outros ativos	1.640.417	2.864.803	4.505.220
Ativo fiscal diferido	-	2.083.046	2.083.046
Ativos fiscais correntes	132.150	251.121	383.271
Ativos não financeiros mantidos para venda	100.232	-	100.232
Outros	1.408.035	530.636	1.938.671
Imobilizado de uso e intangível	-	273.728	273.728
Total do ativo	34.166.440	30.271.832	64.438.272

	Consolidado		
	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado	31.052.583	21.252.963	52.305.546
Depósitos	6.865.750	1.903.269	8.769.019
Captação no mercado aberto	424.774	1.240.904	1.665.678
Recurso de aceites e emissão de títulos	13.820.118	10.486.507	24.306.625
Dívidas subordinadas	239.549	3.067.109	3.306.658
Obrigações por empréstimo	7.161.245	1.151.188	8.312.433
Obrigações por repasses	984.805	3.377.447	4.362.252
Outros passivos financeiros	1.527.948	7.273	1.535.221
Provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito	28.394	19.266	47.660
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.195.807	1.935.460	4.131.267
Instrumentos financeiros derivativos	2.195.807	1.935.460	4.131.267
Outros passivos	115.017	1.282.382	1.397.399
Obrigações fiscais correntes	115.017	71.447	186.464
Obrigações fiscais diferidas	-	1.194.521	1.194.521
Provisão para contingências	-	16.414	16.414
Patrimônio Líquido	-	6.604.060	6.604.060
Capital social	-	5.698.603	5.698.603
Ações em tesouraria	-	(76.573)	(76.573)
Reserva de capital	-	88.589	88.589
Reserva de lucros	-	682.145	682.145
Outros resultados abrangentes	-	3.817	3.817
Lucros acumulados	-	184.822	184.822
Participação de não controladores	-	22.657	22.657
Total do passivo e patrimônio líquido	33.363.407	31.074.865	64.438.272

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa são classificados ao custo amortizado e são demonstradas:

	Banco			Consolidado		
	30/06/2025			30/06/2025		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor líquido	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor líquido
Disponibilidades	558.095	-	558.095	572.853	-	572.853
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.231.566	(510)	4.231.056	4.231.566	(510)	4.231.056
Outras operações com vencimentos de até 90 dias (a)	4.231.566	(510)	4.231.056	4.231.566	(510)	4.231.056
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.789.661	(510)	4.789.151	4.804.419	(510)	4.803.909

(a) Referem-se às aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

As classificações dos títulos e valores mobiliários, em 30 de junho de 2025, são demonstradas como segue:

Mensurados ao Custo Amortizado

	30/06/2025			30/06/2025		
	Banco			Consolidado		
	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido
Notas do tesouro nacional - NTN - B	349.965	-	349.965	349.963	-	349.963
Letras do tesouro nacional - LTN	523.390	-	523.390	523.390	-	523.390
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	58.663	(287)	58.376	58.663	(287)	58.376
Notas do tesouro nacional - NTN - F	1.904.917	-	1.904.917	1.904.917	-	1.904.917
Debêntures	1.721.430	(72.709)	1.648.721	1.721.430	(72.709)	1.648.721
Notas promissórias - NP	876.360	(4.535)	871.825	876.360	(4.535)	871.825
Cédula do produtor rural - CPR	6.444.570	(79.491)	6.365.079	6.444.570	(79.491)	6.365.079
Letras financeiras - LF	111.079	(473)	110.606	111.079	(473)	110.606
Certificado de recebíveis do agronegócio - CRA	68.599	(20.426)	48.173	68.599	(20.426)	48.173
Certificados de recebíveis - CR	40.462	(134)	40.328	40.462	(134)	40.328
Nota comercial - NC	6.295.091	(24.499)	6.270.592	6.080.929	(24.499)	6.056.428
Total - Custo Amortizado	18.394.526	(202.554)	18.191.972	18.180.362	(202.554)	17.977.806

Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultado Abrangentes

	30/06/2025			30/06/2025		
	Banco			Consolidado		
	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro - LFT	805.554	-	805.554	842.218	-	842.218
Eurobônus	105.848	-	105.848	105.848	-	105.848
Notas do tesouro nacional - NTN - B	226.546	-	226.546	226.546	-	226.546
Debêntures	133.344	(594)	132.750	133.344	(594)	132.750
Letras financeiras - LF	57.397	(396)	57.001	57.397	(396)	57.001
Total - Valor Justo em Outros Resultado Abrangentes	1.328.689	(990)	1.327.699	1.365.353	(990)	1.364.363

Mensurados ao Valor Justo no Resultado

	30/06/2025			30/06/2025		
	Banco			Consolidado		
	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido	Valor Contábil	Perda esperada	Valor líquido
Letras financeiras do tesouro - LFT	17.171	-	17.171	18.888	-	18.888
Notas do tesouro nacional - NTN - B	4.200.778	-	4.200.778	4.200.778	-	4.200.778
Debêntures	188.920	(100.779)	88.141	188.920	(100.779)	88.141
Cédula do produtor rural - CPR	97.102	-	97.102	97.102	-	97.102
Títulos públicos emitidos em outros países	2.588.049	-	2.588.049	2.588.049	-	2.588.049
Ações de companhias abertas	20.658	-	20.658	20.658	-	20.658
Fundos em participações de infraestrutura	69.811	-	69.811	69.811	-	69.811
Fundos de investimentos em direitos creditórios	663.030	-	663.030	663.030	-	663.030
Fundos de investimentos líquidos	15.324	-	15.324	8.900	-	8.900
Total - Valor Justo no Resultado	7.860.843	(100.779)	7.760.064	7.856.136	(100.779)	7.755.357

A composição da carteira em 30 de junho de 2025, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

	Banco			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Junho de 2025				
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes	1.201.043	124.978	2.668	1.328.689
Ao valor justo por meio do resultado	4.946.003	2.122.546	792.294	7.860.843
Total	6.147.046	2.247.524	794.962	9.189.532

	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Junho de 2025				
Ao valor justo por meio de outros resultado abrangentes	1.237.707	124.978	2.668	1.365.353
Ao valor justo por meio do resultado	4.947.721	2.116.121	792.294	7.856.136
Total	6.185.428	2.241.099	794.962	9.221.489

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

b) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando principalmente à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis.

Os derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, os derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revistos, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de apreamento.

As bases adotadas para determinar os preços de mercado são as seguintes:

Futuros: cotações em Bolsas;

Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos e calculadas de acordo com modelos conhecidos amplamente utilizados pelo mercado, principalmente Black&Scholes;

Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e

Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Contratos de Câmbio: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou bolsas de referência, ajustado pelo risco de crédito das contrapartes.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	Banco				Valor Justo
	Junho/2025				
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / (a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Risco de crédito próprio Patrimônio Líquido (DRC)	
Contratos de futuros	12.171.384	-	-	-	-
Compromisso de compra	4.993.966	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	3.895.818	-	-	-	-
Moeda estrangeira	928.924	-	-	-	-
Commodities	600	-	-	-	-
Inflação	168.624	-	-	-	-
Compromisso de venda	7.177.418	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	6.630.055	-	-	-	-
Moeda estrangeira	64.121	-	-	-	-
Commodities	309.313	-	-	-	-
Inflação	173.929	-	-	-	-
Posição ativa	68.722.393	4.052.103	(49.710)	-	4.002.393
Contratos de "Swap"	13.903.022	243.079	633.655	-	876.734
Mercado interfinanceiro	9.230.706	112.860	500.380	-	613.240
Moeda estrangeira	1.694.814	68.852	111.160	-	180.012
Prefixado	2.927.502	42.230	26.121	-	68.351
Inflação	50.000	19.137	(4.006)	-	15.131
Contratos de opções	96.461.047	1.199.504	(453.164)	94	746.434
Compromisso de compra	47.000.676	3.490.873	(695.828)	-	2.795.045
Moeda estrangeira	44.275.779	3.288.624	(793.099)	-	2.495.525
Commodities	2.724.897	202.249	97.271	-	299.520
Contratos de câmbio	4.686.220	(123.084)	(11)	30	(123.065)
Compromisso de compra	2.777.658	22.713	(11)	-	22.702
Moeda estrangeira	2.777.658	22.713	(11)	-	22.702
Outros instrumentos financeiros	11.073.701	(125.583)	10.545	299	(114.739)
Compromisso de compra	5.041.037	295.438	12.474	-	307.912
Moeda estrangeira	2.520.130	129.076	13.680	-	142.756
Commodities	2.274.833	165.808	(1.206)	-	164.602
Outros	246.074	554	-	-	554
Posição passiva	63.408.756	(3.072.666)	216.490	1.779	(2.854.397)
Contratos de "Swap"	6.007.159	(214.479)	(24.245)	1.356	(237.368)
Mercado interfinanceiro	2.011.726	(90.584)	18.923	919	(70.742)
Moeda estrangeira	1.099.655	(79.047)	9.741	182	(69.124)
Prefixado	2.681.636	(44.732)	(51.921)	253	(96.400)
Inflação	105.000	(165)	(855)	1	(1.019)
Outros	109.142	49	(133)	1	(83)
Contratos de opções	49.460.371	(2.291.369)	242.664	94	(2.048.611)
Compromisso de venda	46.741.917	(2.067.525)	354.435	3	(1.713.087)
Moeda estrangeira	22.670	(2.740)	(4.377)	-	(7.117)
Ações	2.695.784	(221.104)	(107.394)	91	(328.407)
Commodities	-	-	-	-	-
Contratos de câmbio	1.908.562	(145.797)	-	30	(145.767)
Compromisso de venda	1.908.562	(145.797)	-	30	(145.767)
Moeda estrangeira	1.908.562	(145.797)	-	30	(145.767)
Outros instrumentos financeiros	6.032.664	(421.021)	(1.929)	299	(422.651)
Compromisso de venda	3.185.988	(239.423)	(4.276)	116	(243.583)
Moeda estrangeira	2.256.710	(180.035)	2.347	183	(177.505)
Commodities	589.966	(1.563)	-	-	(1.563)
Outros	-	-	-	-	-

	Consolidado				Valor Justo
	Junho/2025				
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber / (a pagar)	Ajuste ao valor de mercado	Risco de crédito próprio Patrimônio Líquido (DRC)	
Contratos de futuros	12.288.735	-	-	-	-
Compromisso de compra	4.994.166	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	3.895.818	-	-	-	-
Moeda estrangeira	928.924	-	-	-	-
Commodities	600	-	-	-	-
Outros	168.824	-	-	-	-
Compromisso de venda	7.294.569	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	6.630.055	-	-	-	-
Moeda estrangeira	76.425	-	-	-	-
Commodities	414.160	-	-	-	-
Outros	173.929	-	-	-	-
Posição ativa	71.240.386	5.711.398	(54.082)	-	5.657.316
Contratos de "Swap"	13.903.022	243.079	633.656	-	876.735
Mercado interfinanceiro	9.230.706	112.860	500.381	-	613.241
Moeda estrangeira	1.694.814	68.852	111.160	-	180.012
Prefixado	2.927.502	42.230	26.121	-	68.351
Inflação	50.000	19.137	(4.006)	-	15.131
Contratos de opções	96.504.602	1.200.677	(453.168)	94	747.603
Compromisso de compra	47.044.231	3.492.044	(695.829)	-	2.796.215
Moeda estrangeira	44.275.779	3.288.624	(793.099)	-	2.495.525
Commodities	2.768.452	203.420	97.270	-	300.690
Contratos de câmbio	4.686.220	(123.084)	(11)	30	(123.065)
Compromisso de compra	2.777.658	22.713	(11)	-	22.702
Moeda estrangeira	2.777.658	22.713	(11)	-	22.702
Outros instrumentos financeiros	15.746.908	255.991	5.855	299	262.145
Compromisso de compra	47.044.231	3.492.044	(695.829)	-	1.961.664
Moeda estrangeira	2.520.129	129.076	13.679	-	142.755
Commodities	4.749.272	1.823.932	(5.577)	-	1.818.355
Outros ativos financeiros	246.074	554	-	-	554
Posição passiva	65.607.525	(4.349.215)	216.169	1.779	(4.131.267)
Contratos de "Swap"	6.007.159	(214.480)	(24.245)	1.356	(237.369)
Mercado interfinanceiro	2.011.726	(90.584)	18.923	919	(70.742)
Moeda estrangeira	1.099.655	(79.047)	9.741	182	(69.124)
Prefixado	2.681.636	(44.732)	(51.921)	253	(96.400)
Inflação	105.000	(165)	(855)	1	(1.019)
Outros	109.142	48	(133)	1	(84)
Contratos de opções	49.460.371	(2.291.367)	242.661	94	(2.048.612)
Compromisso de venda	46.741.917	(2.067.523)	354.432	3	(1.713.088)
Moeda estrangeira	22.670	(2.740)	(4.377)	-	(7.117)
Ações	2.695.784	(221.104)	(107.394)	91	(328.407)
Commodities	-	-	-	-	-
Contratos de câmbio	1.908.562	(145.797)	-	30	(145.767)
Compromisso de venda	1.908.562	(145.797)	-	30	(145.767)
Moeda estrangeira	1.908.562	(145.797)	-	30	(145.767)
Outros instrumentos financeiros	8.231.433	(1.697.571)	(2.247)	299	(1.699.519)
Compromisso de venda	3.157.724	(235.530)	(4.563)	116	(239.977)
Moeda estrangeira	4.483.743	(1.460.478)	2.316	183	(1.457.979)
Commodities	589.966	(1.563)	-	-	(1.563)
Outros	-	-	-	-	-

Visando mitigar os riscos das operações de obrigações por repasses do exterior no valor de US\$ 39 milhões (Nota 11.b), a Administração decidiu designar os instrumentos financeiros abaixo demonstrados para proteção cambial de parcela do valor do principal bem como de parcela de valor dos juros contratuais.

	Banco e Consolidado			
	jun/25			
	Valor referencial dos contratos	Valor de Curva	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Derivativos usados como "hedge" de valor justo				
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "Swap"				
Moeda estrangeira - Dólar - Posição ativa	196.274	213.185	207.623	(5.562)
	196.274	213.185	207.623	(5.562)
Objeto de "Hedge"				
Obrigações por repasses no exterior (Nota 11.b)	213.162	(213.162)	(207.600)	5.562
	213.162	(213.162)	(207.600)	5.562

Os instrumentos financeiros derivativos, por vencimento, em 30 de junho de 2025, têm a seguinte composição:

	Banco						Total
	30/06/2025						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Compensação							
Contratos de futuros	692.120	3.272.432	2.761.395	1.668.712	1.907.254	1.869.471	12.171.384
Contratos de opção	12.597.608	662.863	24.012.451	7.548.596	51.226.216	413.313	96.461.047
Contratos de "Swap"	435.537	736.112	1.161.438	5.022.219	6.441.933	6.112.942	19.910.181
Contratos de Câmbio	844.669	140.473	3.242.813	191.824	266.441	-	4.686.220
Outros instrumentos financeiros	2.488.108	3.002.171	1.499.360	2.792.409	1.231.053	60.600	11.073.701
Total – Junho de 2025	17.058.042	7.814.051	32.677.457	17.223.760	61.072.897	8.456.326	144.302.533
Posição ativa							
Contratos de opção	316.589	16.536	506.285	220.942	1.729.314	5.379	2.795.045
Contratos de "Swap"	10.338	14.916	30.419	108.644	249.709	462.708	876.734
Contratos de Câmbio	3.275	981	12.227	3.961	2.258	-	22.702
Outros instrumentos financeiros	68.131	67.626	89.755	72.046	10.340	14	307.912
Total – Junho de 2025	398.333	100.059	638.686	405.593	1.991.621	468.101	4.002.393
Posição passiva							
Contratos de opção	(60.331)	(16.282)	(304.900)	(214.139)	(1.418.138)	(34.821)	(2.048.611)
Contratos de "Swap"	(1.657)	(3.660)	(15.002)	(105.719)	(46.339)	(64.991)	(237.368)
Contratos de Câmbio	(12.501)	(4.970)	(113.945)	(4.032)	(10.319)	-	(145.767)
Outros instrumentos financeiros	(79.345)	(108.824)	(48.595)	(150.924)	(34.895)	(68)	(422.651)
Total – Junho de 2025	(153.834)	(133.736)	(482.442)	(474.814)	(1.509.691)	(99.880)	(2.854.397)

	Consolidado						Total
	30/06/2025						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Compensação							
Contratos de futuros	692.120	3.370.508	2.761.395	1.687.788	1.907.254	1.869.670	12.288.735
Contratos de opção	12.597.609	662.863	24.012.451	7.592.151	51.226.216	413.312	96.504.602
Contratos de "Swap"	435.537	736.112	1.161.438	5.022.219	6.441.933	6.112.942	19.910.181
Contratos de Câmbio	844.669	140.473	3.242.813	191.824	266.441	-	4.686.220
Outros instrumentos financeiros	2.805.179	3.577.975	2.391.977	3.742.276	2.922.909	306.592	15.746.908
Total – Junho de 2025	17.375.114	8.487.931	33.570.074	18.236.258	62.764.753	8.702.516	149.136.646
Posição ativa							
Contratos de opção	316.591	16.536	506.285	222.111	1.729.311	5.381	2.796.215
Contratos de "Swap"	10.338	14.916	30.419	108.644	249.709	462.709	876.735
Contratos de Câmbio	3.275	981	12.227	3.961	2.258	-	22.702
Outros instrumentos financeiros	142.190	345.260	540.723	411.755	477.593	44.143	1.961.664
Total – Junho de 2025	472.394	377.693	1.089.654	746.471	2.458.871	512.233	5.657.316
Posição passiva							
Contratos de opção	(60.336)	(16.282)	(304.900)	(214.139)	(1.418.133)	(34.822)	(2.048.612)
Contratos de "Swap"	(1.657)	(3.660)	(15.002)	(105.719)	(46.339)	(64.992)	(237.369)
Contratos de Câmbio	(12.501)	(4.970)	(113.945)	(4.032)	(10.319)	-	(145.767)
Outros instrumentos financeiros	(136.434)	(354.326)	(449.387)	(398.517)	(337.268)	(23.587)	(1.699.519)
Total – Junho de 2025	(210.928)	(379.238)	(883.234)	(722.407)	(1.812.059)	(123.401)	(4.131.267)

A composição da carteira em 30 de junho de 2025, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

	Banco			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Posição Ativa	2.624.594	1.372.925	4.874	4.002.393
Posição Passiva	(1.736.456)	(1.113.355)	(4.586)	(2.854.397)
	Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Posição Ativa	2.625.765	3.026.677	4.874	5.657.316
Posição Passiva	(1.736.457)	(2.390.224)	(4.586)	(4.131.267)

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, no semestre findo em 30 de junho de 2025, estão assim compostos:

	Banco		
	30/06/2025		
	Receitas	Despesas	Líquido (1)
Futuros	5.236.551	(4.667.787)	568.764
Swaps	227.600	(541.962)	(314.362)
Opções	10.532.496	(10.234.504)	297.992
Câmbio	206.291	(232.797)	(26.506)
Outros instrumentos financeiros	330.536	(705.005)	(374.469)
Total	16.533.474	(16.382.055)	151.419

(1) Na demonstração de resultado é apresentado de forma líquida.

	Consolidado		
	30/06/2025		
	Receitas	Despesas	Líquido (1)
Futuros	5.239.578	(4.668.890)	570.688
Swaps	227.600	(570.910)	(343.310)
Opções	10.533.666	(10.235.675)	297.991
Câmbio	206.291	(232.797)	(26.506)
Outros instrumentos financeiros	1.278.214	(1.523.715)	(245.501)
Total	17.485.349	(17.231.987)	253.362

(1) Na demonstração de resultado é apresentado de forma líquida.

Em atendimento aos dispositivos da Resolução CVM nº 02/20, o Banco divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros. O quadro abaixo demonstra o cenário mais provável, na avaliação da Administração, além de dois cenários adicionais. O cenário provável considera os preços estabelecidos em contratos e, quando aplicável, indicadores de fontes diversas externas ou por modelos de precificação adotados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros na data do balanço. No cenário II foi considerada uma situação de deterioração de 25% nas variáveis de risco consideradas de acordo com a natureza de risco de tais instrumentos financeiros. No cenário III, foi considerada deterioração de 50% nessas mesmas variáveis.

	Exposição		
	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
i) Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados (RWAjur1)	42.379	45.632	48.885
Exposição de Cupons de moeda (RWAjur2)	53.251	53.340	53.429
Exposição de Cupons de índices (RWAjur3)	62.091	66.986	71.880
Total da exposição a taxas de Juros (nota 24)	157.721	165.958	174.195
ii) Taxas de Câmbio			
Total da exposição a taxas de Câmbio (nota 24)	18.115	38.586	59.064
	18.115	38.586	59.064
iii) Índices, ações e mercadorias			
Total da exposição a índices, ações e mercadorias (nota 24)	52.072	53.305	54.539
	52.072	53.305	54.539

i) Taxas de juros:

Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados na carteira de "Negociação" (Trading Book), de acordo com critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.745/19 e Instrução Normativa BCB nº 247, representam exposições que terão impactos nos resultados da organização pela marcação a mercado desses instrumentos ou quando de sua realização ou liquidação. Os instrumentos financeiros indexados a taxas de juros possuem riscos potenciais de variações de mercado, sendo tais riscos controlados através de metodologia determinada pelo Banco Central do Brasil e o resultado desta análise é considerado na determinação de uma parcela do capital mínimo exigido das instituições financeiras.

Visando atender as disposições da Resolução CVM nº 02/20, quanto à análise de sensibilidade, foi tomada como base a parcela do capital mínimo exigido para cobertura do risco de exposição a taxas de juros em 30 de junho de 2025 e efetuada a análise de cenários determinada na referida instrução.

ii) Taxas de câmbio:

A exposição líquida das taxas de câmbio é regulada pelo Banco Central do Brasil através da Resolução CMN nº 4.958/21, Resolução CMN nº 4.956/21, Circular nº 3.641/13 e Circular nº 3.984/20. Tais normativos determinam como limite máximo para tais exposições 30% do patrimônio de referência.

Foram considerados os critérios de apuração da exposição determinados pelo Banco Central do Brasil e, atendendo os requisitos da Resolução CVM nº 02/20, foi efetuada a análise de cenários a partir da exposição líquida existente em 30 de junho de 2025.

(iii) Carteira de Não Negociação (Banking Book):

Refere-se a operações não classificadas na carteira de negociação advindas das linhas de negócios do Banco e seus eventuais instrumentos de proteção. A mensuração e avaliação dos riscos de taxas de juros das operações da carteira de não negociação são reguladas pelo Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 48/20, que define a aplicação de critérios e premissas que possam aferir o grau de risco dessas exposições inclusive com testes de "stress" cujos resultados possam indicar a suficiência de capital regulatório para cobertura de tais riscos.

Os resultados dos procedimentos, que não guardam relação com as práticas contábeis para registro e valorização das operações relacionadas a essa carteira, são reportados ao Banco Central e em 30 de junho de 2025 demonstraram uma exposição de R\$ 153.508, que considera o risco de taxas de juros da referida carteira de não negociação em cenários alternativos própria da metodologia determinada pelo órgão regulador.

Para efeito da análise de sensibilidade, o risco de descasamento cambial desta carteira está considerado na posição de taxas de câmbio descrita no item II.

6. Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito

	Banco 30/06/2025				Consolidado 30/06/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros								
Ao custo amortizado								
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	4.611.437	-	-	4.611.437	4.612.047	-	-	4.612.047
Títulos e valores mobiliários	17.758.208	313.873	322.445	18.394.526	17.544.044	313.873	322.445	18.180.362
Operações de crédito	19.242.219	750.361	810.850	20.803.430	19.243.930	750.361	810.850	20.805.141
Outros ativos financeiros (a)	535.338	1.960	12.447	549.745	1.703.313	18.288	13.253	1.734.854
Total - Ao custo amortizado	42.147.202	1.066.194	1.145.742	44.359.138	43.103.334	1.082.522	1.146.548	45.332.404
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Títulos e valores mobiliários	1.328.689	-	-	1.328.689	1.365.353	-	-	1.365.353
Total - Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.328.689	-	-	1.328.689	1.365.353	-	-	1.365.353
Ao valor justo por meio de resultado								
Títulos e valores mobiliários	7.746.682	-	114.161	7.860.843	7.741.975	-	114.161	7.856.136
Ao valor justo por meio de resultado	7.746.682	-	114.161	7.860.843	7.741.975	-	114.161	7.856.136
Total - Ativos financeiros	51.222.573	1.066.194	1.259.903	53.548.670	52.210.662	1.082.522	1.260.709	54.553.893
Passivos financeiros								
Garantias financeiras prestadas (registradas em contas de compensação)								
Fianças prestadas a clientes	12.189.299	664.362	-	12.853.661	12.189.130	664.362	-	12.853.492
Total - Garantias financeiras prestadas	12.189.299	664.362	-	12.853.661	12.189.130	664.362	-	12.853.492
Total - Passivos financeiros	12.189.299	664.362	-	12.853.661	12.189.130	664.362	-	12.853.492

(a) Inclui substancialmente valores a receber de carteiras adquiridas de recebíveis de cartões e pagamentos antecipados de compra de energia no ACL (ambiente de contratação livre) onde exista risco de crédito atrelado.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Os saldos das operações de crédito e garantias financeiras prestadas, são demonstrados como segue:

Classificadas ao Custo Amortizado

	Banco 30/06/2025	Consolidado 30/06/2025
	Valor Contábil Bruto	Valor Contábil Bruto
Operações de crédito		
Empréstimos	6.771.451	6.773.162
Financiamentos	7.391.788	7.391.788
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.611.256	1.611.256
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	2.105.005	2.105.005
Títulos e créditos a receber	2.923.930	2.923.930
Total - Operações de crédito	20.803.430	20.805.141
Garantias financeiras prestadas (registradas em contas de compensação)		
Fianças prestadas a clientes	12.853.661	12.853.492
Total – Garantias financeiras prestadas	12.853.661	12.853.492
Total da carteira	33.657.091	33.658.633

Os saldos das operações de crédito e de garantias financeiras prestadas, por prazo de vencimento, são demonstrados como segue:

	Banco							Total
	30/06/2025							
	A vencer						Vencidas a apartir de 15 dias	
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos			
Operações de crédito	1.577.976	3.382.327	2.462.047	2.744.863	6.812.546	3.131.322	692.349	20.803.430
Garantias financeiras prestadas	697.608	724.835	1.564.120	3.715.066	4.049.891	2.102.141	-	12.853.661
Total – Junho de 2025	2.275.584	4.107.162	4.026.167	6.459.929	10.862.437	5.233.463	692.349	33.657.091

	Consolidado							Total
	30/06/2025							
	A vencer						Vencidas a apartir de 15 dias	
Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos			
Operações de crédito	1.579.687	3.382.327	2.462.047	2.744.863	6.812.546	3.131.322	692.349	20.805.141
Garantias financeiras prestadas	697.608	724.666	1.564.120	3.715.066	4.049.891	2.102.141	-	12.853.492
Total – Junho de 2025	2.277.295	4.106.993	4.026.167	6.459.929	10.862.437	5.233.463	692.349	33.658.633

No semestre findo em 30 de junho de 2025, no Banco e no Consolidado, foram realizadas cessões com transferência substancial de riscos e benefícios, no montante de R\$ 5.789. O efeito dessas operações no resultado do semestre, líquido de eventuais resultados de provisão, foi negativo de R\$ 21. As operações cedidas com a transferência substancial de riscos e benefícios são integralmente baixadas do balanço na data da cessão.

As concentrações dos riscos de crédito estão assim demonstradas:

	Banco e Consolidado	
	30/06/2025	
	Saldo	% sobre a carteira (1)
Principal devedor	540.364	1,04%
10 maiores devedores	4.561.461	8,75%
20 maiores devedores	7.630.056	14,63%

(1) Total da carteira inclui operações de créditos, títulos e valores mobiliários privados, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito.

9. Investimentos de participações em coligadas e controladas

30/06/2025					
% de Participação	Total do Ativo	Patrimônio Líquido	Participação no Patrimônio Líquido	Resultado Acumulado	Equivalência Patrimonial
Controladas Diretas					
ABC Brasil Administração e Participações Ltda.	100%	124.155	122.626	20.923	20.927
ABC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	100%	4.373.818	876.755	44.819	44.819
ABC Brasil Investment Banking Ltda. ⁽¹⁾	91,19%	114.042	111.423	19.593	13.607
		1.110.804	1.091.169	85.335	79.353
Controladas Indiretas					
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ⁽²⁾	100%	32.116	21.494	10.218	10.218
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda. ⁽³⁾	90%	37.470	26.510	21.510	19.359
Visio Gestora de Crédito Ltda.	90%	1.111	(723)	(559)	(503)
ABC M&A e ECM Ltda.	100%	7.746	6.361	248	248
ABC DCM Ltda. ⁽⁴⁾	100%	19.178	13.231	8.231	8.231
ABC Holding Financeira Ltda.	100%	21.739	21.733	10.228	10.228
ABC Brasil Benefícios Corretora de Seguros Ltda	89,3%	990	990	-	-
		89.596	86.839	49.876	47.781

(1) Em 24 de fevereiro de 2025, foi aprovado a distribuição desproporcional de dividendos, no montante de R\$ 51.477.

(2) Em 24 de março de 2025, foi aprovado a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 28.032.

(3) Em 16 de janeiro de 2025, e 10 de julho de 2025, foi aprovado a distribuição desproporcional de dividendos, no montante de R\$ 11.641 e R\$ 21.510 respectivamente..

(4) Em 24 de março de 2025, foi aprovado a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 23.799.

10. Imobilizado e intangível

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança, 10%. equipamentos de informática 20%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

11. Captações

a) As captações são classificadas ao Custo Amortizado em 30 de junho de 2025 são assim demonstradas:

	Banco					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos à vista	572.807	-	-	-	-	572.807
Depósitos interfinanceiros	-	46.760	79.719	1.216	-	127.695
Depósitos a prazo	-	2.726.750	4.385.674	1.881.288	19.549	9.013.262
Depósitos	572.807	2.773.510	4.465.394	1.882.504	19.549	9.713.764
Captação no mercado aberto	-	217.310	209.550	742.298	498.606	1.667.765
Letras de créditos imobiliários - LCI	-	391.012	696.020	516.517	-	1.603.549
Letras de créditos agronegócio - LCA	-	1.136.290	2.718.202	2.055.018	111.299	6.020.809
Letras financeiras - LF	-	2.730.493	6.148.101	7.545.134	258.540	16.682.267
Recurso de aceites e emissão de títulos	-	4.257.795	9.562.323	10.116.669	369.839	24.306.625
Dívidas subordinada	-	184.384	55.165	174.392	2.892.717	3.306.658
Obrigações por empréstimos no exterior	-	3.188.522	3.972.723	3.191	156	7.164.592
Obrigações por empréstimos	-	3.188.522	3.972.723	3.191	156	7.164.592
Obrigações por repasses no País	-	234.664	255.573	905.762	1.716.497	3.112.496
Obrigações por repasses no exterior (nota 11.b)	-	91.724	402.845	546.964	208.223	1.249.756
Obrigações por repasses	-	326.387	658.418	1.452.726	1.924.720	4.362.252
Total	572.807	10.947.909	18.923.572	14.371.781	5.705.588	50.521.656

	Consolidado					Total
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	
Depósitos à vista	563.210	-	-	-	-	563.210
Depósitos interfinanceiros	-	45.545	79.719	2.431	-	127.695
Depósitos a prazo	-	2.726.750	3.450.526	1.881.288	19.549	8.078.114
Depósitos	563.210	2.772.294	3.530.245	1.883.720	19.549	8.769.019
Captação no mercado aberto	-	215.224	209.550	742.298	498.606	1.665.678
Letras de créditos imobiliários - LCI	-	391.012	696.020	516.517	-	1.603.549
Letras de créditos agronegócio - LCA	-	1.136.290	2.718.202	2.055.018	111.299	6.020.809
Letras financeiras - LF	-	2.730.493	6.148.101	7.545.134	258.540	16.682.267
Recurso de aceites e emissão de títulos	-	4.257.795	9.562.323	10.116.669	369.839	24.306.625
Dívidas subordinada	-	184.384	55.165	174.392	2.892.717	3.306.658
Obrigações por empréstimos no país	-	-	-	1.147.841	-	1.147.841
Obrigações por empréstimos no exterior	-	3.188.522	3.972.723	3.190	156	7.164.592
Obrigações por empréstimos	-	3.188.522	3.972.723	1.151.032	156	8.312.433
Obrigações por repasses no País	-	234.663	255.573	905.762	1.716.498	3.112.496
Obrigações por repasses no exterior (nota 11.b)	-	91.725	402.845	546.964	208.222	1.249.756
Obrigações por repasses	-	326.387	658.418	1.452.726	1.924.720	4.362.252
Total	563.210	10.944.606	17.988.424	15.520.837	5.705.588	50.722.665

b) As composições dos saldos das obrigações por repasses do exterior em 30 de junho de 2025 são assim demonstradas:

	Banco e Consolidado
	30/06/2025
Obrigações por repasses do exterior	
Objeto de "Hedge accounting" – Vencimento em novembro de 2028 (Nota 5.b)	
Valor do principal - US\$ 39 milhões em 30 de junho de 2025	212.427
Juros provisionados	735
Subtotal	213.162
Ajuste a valor de mercado ("Hedge accounting") - Nota 5. b	(5.562)
Total	207.600
Outras obrigações por repasses do exterior	622
Total	208.222

12. Outros Passivos Financeiros

As composições dos saldos dos outros passivos financeiros em 30 de junho de 2025 são assim demonstradas:

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Recurso em trânsito de terceiros	171.787	171.787
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.301	3.301
Sociais e estatutárias	222.487	222.487
Negociação e intermediação de valores	35.151	213.614
Provisão para pagamentos a efetuar	270.736	792.861
Credores diversos - País	129.674	131.171
Total	833.136	1.535.221

13. Outros passivos

a) Passivos fiscais correntes:

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Obrigações fiscais correntes	-	21.482
Impostos e contribuições a recolher	155.366	164.982
Total	155.366	186.464

b) Passivos fiscais diferidos:

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.041.293	1.159.659
Outros tributos diferidos	-	34.862
Total	1.041.293	1.194.521

14. Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços, no semestre findo em 30 de junho de 2025, estão assim compostas:

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Rendas de garantias financeiras prestadas	87.806	88.015
Rendas de cobranças	12.732	12.732
Rendas de tarifas bancárias	12.146	12.146
Rendas de comissões e colocação de títulos	20.622	70.449
Rendas de comissão de seguros	-	37.320
Rendas de outros serviços	6.373	2.464
Total	139.679	223.126

15. Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas, no semestre findo em 30 de junho de 2025, estão assim compostas:

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Serviços de terceiros	10.435	10.330
Serviços do sistema financeiro	20.808	22.745
Aluguéis	15.033	16.083
Serviços técnicos especializados	20.666	22.223
Processamento de dados	44.231	45.610
Comunicações	2.241	2.315
Despesas de viagem	4.107	4.539
Depreciações e amortizações	30.528	30.528
Promoções e relações públicas	714	719
Publicações	187	217
Transportes	1.428	1.524
Manutenção e conservação de bens	1.707	1.784
Água, energia e gás	563	598
Materiais	60	81
Seguros	1.232	1.263
Propaganda e publicidade	5.809	5.842
Condomínio	2.151	2.151
Emolumentos legais e cartorários	308	355
Outras	10.318	11.082
Total	172.526	179.989

As apurações das despesas com imposto de renda e contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2025 são demonstradas a seguir:

	Banco	Consolidado
	30/06/2025	30/06/2025
Resultado após participação nos lucros e antes do imposto de renda e contribuição social	457.478	506.109
Encargos totais de imposto de renda e contribuição social	(205.866)	(217.176)
Resultado líquido de realizações e constituições de passivos diferidos líquidos de créditos tributários no período	(12.189)	6.457
Receitas / despesas não tributáveis líquidas de despesas não dedutíveis	33.811	42.446
Resultados de participações societárias	35.709	-
Juros sobre o capital próprio	117.612	117.612
Outros valores	30.923	29.179
Total do imposto de renda e contribuição social sobre os resultados correntes	-	(21.482)
Impostos e contribuições diferidos	12.189	(6.457)
Total do resultado de imposto de renda e contribuição social	12.189	(27.939)

19. Partes relacionadasa) Empresas controladas e ligadas

Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. No semestre findo em 30 de junho de 2025, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

Operações / Partes relacionadas	Prazos	Remuneração	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesas)
			30/06/2025	30/06/2025
Disponibilidades			4	-
Arab Banking Corporation - New York (3)	S/ Vencido.	N/A	4	-
Operações de crédito			3.331	297
Administradores	04/01/2027	CDI + 3,05 a.a	2.519	285
Visio Gestora de Créditos Ltda (2)	24/11/2025	CDI + 2,80 a.a	812	12
Valores a receber			5.114	-
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	S/ Vencido.	N/A	273	-
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	1.452	-
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	S/ Vencido.	N/A	1.357	-
ABC Brasil Investment Banking Holding Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	948	-
ABC DCM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	1.054	-
ABC M&A e ECM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	30	-
Títulos e valores mobiliários			307.181	18.247
Barauna FIM CP Investimento no Exterior	S/ Vencido.	(b)	15.324	1.199
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	10/07/2025	CDI	214.163	14.963
Fundo de investimento em direitos creditórios NP ABC I.	S/ Vencido.	(b)	77.694	2.086
Depósitos à vista			(9.837)	-
ABC Brasil Adm. e Participações Ltda. (2)	S/ Vencido.	N/A	(2.447)	-
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	S/ Vencido.	N/A	(2.410)	-
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (3)	S/ Vencido.	N/A	(71)	-
ABC Brasil Investment Banking Holding Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(463)	-
Visio Gestora de Créditos Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(50)	-
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	S/ Vencido.	N/A	(539)	-
ABC DCM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(3.135)	-
ABC Holding Financeira Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(245)	-
ABC M&A e ECM Ltda (2)	S/ Vencido.	N/A	(112)	-
Fundo de investimento em direitos creditórios NP ABC I.	S/ Vencido.	N/A	(20)	-
Administradores	S/ Vencido.	N/A	(149)	-
Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos			(990.366)	(44.491)
Marsau Comercial Exportadora e Importadora Ltda. (3)	31/07/2025	4,15 % a.a	(58)	-
Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima (1)	31/07/2025	4,15 % a.a	(23.393)	-
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	01/07/2027	100% CDI	(34.103)	(1.402)
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	31/05/2027	99,5% CDI	(814.513)	(36.377)
ABC DCM Ltda (2)	12/04/2027	99,7% CDI	(9.285)	(336)
ABC Brasil Investment Banking Holding Ltda (2)	05/04/2027	99,8% CDI	(71.472)	(3.306)
ABC M&A e ECM Ltda (2)	21/01/2027	99,5% CDI	(5.775)	(318)
Administradores	(a)	(a)	(31.767)	(2.752)
Captações no mercado aberto			(2.087)	(49)
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	01/07/2025	CDI	(643)	(21)
Visio Gestora de Créditos Ltda (2)	01/07/2025	CDI	(454)	(28)
ABC Brasil Benefícios Corretora de Seguros (2)	01/07/2025	CDI	(990)	-
Instrumentos financeiros derivativos			(3.606)	5.950
ABC Brasil Com. de Energia Ltda. (2)	01/06/2026	Variação Cambial	(3.606)	5.950
Comissão de prestação de serviços			-	(4.810)
ABC Brasil Corretora de Seguros Ltda (2)	31/07/2025	N/A	-	(3.516)
ABC Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	31/07/2025	N/A	-	387
Visio Gestora de Créditos Ltda (2)	31/07/2025	N/A	-	(1.682)
Outras Obrigações Comissão de Fiança			98	-
ABC M&A e ECM Ltda (2)	25/08/2025	N/A	98	-
Garantias financeiras prestadas			58.110	-
ABC M&A e ECM Ltda (2)	25/08/2025	3,0 % a.a	169	-
Arab Banking Corporation - New York (3)	15/11/2025	0,5 % a.a	57.941	-

(1) Acionista controlador direto, (2) Controlada, (3) Ligada.

(a) LCA / LCI / CDB - Taxa de 92,00 % até 106,00 % do CDI - Menor data inicial: 19/08/2022, Maior data de vencimento: 20/08/2029.
LCA / LCI / CDB - Taxa Prefixada 6,50% até 15,25% - Menor data inicial: 07/08/2020, Maior data de vencimento: 01/02/2029.
LCA / LCI / CDB - Taxa Prefixada de 5,10% até 8,14% + IPCA - Menor data inicial: 20/08/2021, Maior data de vencimento: 27/04/2029.

(b) Valorização da cota.

b) Remuneração do pessoal chave da administração

Em cumprimento a Resolução CMN nº 5.177/24, o Banco ABC Brasil implementou a Política de Remuneração de Administradores aplicável aos membros do Conselho de Administração, do Comitê Executivo e os Diretores sem designação específica (empregados).

Resumidamente, a política tem como objetivos principais: (i) atender aos regramentos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que estabelece regras especiais para as instituições financeiras, como é o Banco ABC; (ii) confirmar a remuneração de quem seja considerado como Administrador do Banco ABC para fins dos regramentos referidos no item (i) acima e, especialmente, de quem assume esse encargo nos termos de sua governança; (iii) alinhar as práticas de remuneração dos Administradores do Banco à sua política de gestão de riscos; (iv) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pelo Banco; e (v) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco ABC.

A remuneração definida na política leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo e os riscos assumidos.

A Remuneração Variável será calculada:

I - Para os Diretores sem designação específica:

a) até 50% do valor determinado em decorrência da participação nos lucros e resultados, apurada conforme negociação estabelecida nos termos da Lei nº 10.101/2000, paga em espécie de forma imediata quando do pagamento do PLR.

b) no mínimo 50% do valor determinado em decorrência da participação nos lucros e resultados do Banco ABC, apurada conforme negociação estabelecida nos termos da Lei nº 10.101/2000, poderá ser pago em ações preferenciais do Banco ABC, instrumentos baseados em ações ou outros ativos. O pagamento ocorre de forma diferida proporcionalmente ao período de diferimento de três anos.

II - Aos membros do Comitê Executivo:

100% do valor determinado para a remuneração variável será pago em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos. O pagamento ocorre de duas formas:

(i) 60% da remuneração variável paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, será paga de forma diferida pelo prazo de seis meses, sendo quitada após o referido período; e

(ii) 40% da remuneração variável paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, será paga de forma diferida, proporcionalmente ao período de diferimento de três anos.

A entrega das ações referentes às remunerações variáveis diferidas atribuídas aos administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

As remunerações totais do pessoal-chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2025 estão assim compostas:

	30/06/2025
Remuneração fixa	23.371
Remuneração variável	7.801
Total de benefícios de curto prazo	31.172
Remuneração baseada em ações	42.413
Total de benefícios de longo prazo	42.413
Total	73.585

c) Resumo da movimentação do plano de remuneração:

Para atender a Resolução sobre remuneração, o Banco obteve autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para seus administradores.

De acordo com o plano de remuneração em ações citado na Nota 20.b, foram outorgadas ações aos executivos elegíveis, para liquidação no final do período de carência, conforme abaixo demonstrado em quantidade de ações:

	30/06/2025
Quantidade no início do período	3.379.244
Ações outorgadas	631.989
Ações entregues	(1.061.480)
Quantidade no final do período	2.949.753

20. Dependência no exterior

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 30 de junho de 2025 são demonstrados como seguem:

	30/06/2025
Ativos	
Disponibilidades	413.769
TVM e instrumentos financeiros derivativos	373.381
Operações de crédito - Líquido	3.758.857
Outros ativos	329.301
Total	4.875.308
Passivos	
Depósitos a prazo	1.093.471
Obrigações por empréstimos no exterior	5.233.512
Instrumentos financeiros derivativos	249.024
Outras obrigações	4.971
Total	6.580.978

Os saldos de ativos, passivos e resultados, são convertidos conforme Nota 2) iii.

Os efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira dos ativos e passivos foram reconhecidas no resultado do exercício no montante de R\$147.510 positivo em 30 de junho de 2025, conforme Resolução nº 4.524/16 do Conselho Monetário Nacional.

21. Participações nos lucros

A provisão para participações nos lucros e resultados foi constituída tomando-se como base o Programa de Participação nos Lucros firmado entre o Banco ABC Brasil S.A. e seus colaboradores, que leva em consideração premissas como as atividades desenvolvidas pelas diversas áreas do Banco, o grau de responsabilidade e influência que cada uma dessas áreas tem sobre o resultado produzido pelo Banco, além de metas quantitativas e qualitativas estabelecidas individualmente.

No semestre findo 30 de junho de 2025, o montante de participações nos lucros é de R\$ 102.323 no Banco e R\$ 111.856 no Consolidado.

22. Ativos e passivos contingentes

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Nota 2.IV.h explica os critérios de reconhecimento e mensuração de tais ações e processos.

a) Contingências fiscais e previdenciárias

O Banco responde por ações e processos (potenciais passivos) cujas perdas estão sendo consideradas com prognósticos possíveis por nossos assessores. Em 30 de junho de 2025, os valores totalizam R\$ 751.672 no Banco e R\$ 752.569 no Consolidado e não foram provisionados. Os detalhamentos das principais causas estão a seguir:

Encargos previdenciários ("INSS")

O Banco está se defendendo de autuação para pagamentos de encargos previdenciários, sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados nos exercícios de 2006 a 2014 e 2016 a 2019, no valor de R\$ 449.101 em 30 de junho de 2025.

IRPJ/CSLL – Subcapitalização – Preenchimento da ECF

Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de valores relativos ao IRPJ, CSLL e multa dos exercícios de 2019 e 2020. A Receita Federal do Brasil não concordou com a forma como os valores de despesas referentes aos juros pagos para agência localizada no exterior foram declarados na Escrituração Contábil Fiscal - ECF, pois entendeu que deveriam constar em campo/registro distinto da ECF. Por esta razão, o Fisco desconsiderou a dedução destas despesas da base de cálculo do imposto e da contribuição. Apresentamos defesa e aguardamos decisão. O valor da exigência monta a R\$ 170.767 em 30 de junho de 2025.

IRPJ - Dedutibilidade PLR diretoria

Trata-se de cobrança de IRPJ decorrente da dedutibilidade de PLR paga a diretores nos exercícios de 2013, 2014, 2016, 2017 e 2019. O valor da exigência monta a R\$ 97.330 em 30 de junho de 2025.

IPJU – Alienação fiduciária

O Município de São Paulo está cobrando IPJU (foram ajuizadas 4 execuções fiscais, sendo 3 relativas às operações realizadas em períodos em que o Banco atuou como credor fiduciário). O Banco apresentou defesas, após o que, foram proferidas decisões favoráveis para extinção de duas execuções fiscais. Quanto às demais, aguarda-se decisão. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 12.653.

IRPJ/CSLL - Dedução do resultado do período de 2010 de perdas em operações de crédito

Trata-se de cobrança do IRPJ e CSLL referente dedução de perdas em operações de crédito do resultado de 2010. O Banco considerou as perdas como efetivas, porém, o entendimento da Receita Federal é de que ocorreu antecipação dos prazos de dedução previstos na Lei nº 9.430/96. Aguarda-se julgamento de recurso. O valor da exigência monta a R\$ 7.260.

Compensação não homologada - CSLL

Compensação referente à saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2018. O despacho decisório reconheceu parte do crédito e exigiu parte dos débitos que se pretendia compensar acrescidos de multa e juros. Foi apresentada defesa na via administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 5.027 em 30 de junho de 2025.

Exclusão do ISS da Base de Cálculo do PIS/COFINS

Ação judicial proposta para excluir o ISS da base de cálculo do PIS/COFINS, bem como para restituir o montante indevidamente recolhido a esse título nos últimos 5 anos. O Banco obteve decisões favoráveis em primeira e segunda instâncias, razão pela qual, com base nestas decisões, o Banco vem excluindo o valor do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS. Apesar deste processo ser classificado como uma contingência ativa, caso a decisão que autoriza a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/COFINS seja revertida, haverá necessidade de recolhimento do valor excluído acrescido de juros. O valor estimado da contingência é de R\$ 4.698.

ITR – sobre valor declarado

Trata-se de cobrança de ITR sobre excesso de área de imóvel rural. A Receita Federal está questionando aspectos formais da Declaração de ITR, o banco apresentou a impugnação e aguarda-se julgamento. O valor estimado da contingência corresponde a R\$ 2.351.

IOF – Crédito em operações de cessão de crédito

Trata-se de cobrança de IOF Crédito sobre operações de cessão de crédito com coobrigação realizadas em 2015, em razão da falta de recolhimento do IOF nessas operações as quais são caracterizadas pelas autoridades fiscais como "desconto de títulos" e sujeitas ao IOF/Crédito. Aguarda-se julgamento de recurso na esfera administrativa. O valor da exigência monta a R\$ 1.481.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

b) Contingências trabalhistas

Em 30 de junho de 2025 as ações trabalhistas em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 10.765 - Nota 22.d. As ações trabalhistas classificadas como perda possível totalizavam R\$ 66.220 e não foram provisionadas.

c) Contingências cíveis

Em 30 de junho de 2025, as ações cíveis em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável totalizavam R\$ 4.151 - Nota 22.d. As ações cíveis classificadas como perda possível totalizavam R\$ 12.662 e não foram provisionadas.

d) Movimentação das provisões constituídas:

	Banco e Consolidado			Total
	Fiscais	Trabalhistas (b)	Cíveis (a)	
No início do semestre	5.798	11.764	4.404	21.966
Constituição / (Reversão)	(4.300)	(999)	(253)	(5.552)
No final do semestre	1.498	10.765	4.151	16.414

(a) Vide nota 22.c
(b) Vide nota 22.b

23. Patrimônio líquido**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2025, o capital social é representado por 244.656.857 ações nominativas escriturais e sem valor nominal, sendo 122.961.704 ações ordinárias e 121.695.153 ações preferenciais.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, foram pagos/provisionados a título de juros sobre capital próprio os valores demonstrados no quadro abaixo, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95.

Período 2025	Juros sobre o capital próprio	Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social
31/03/2025	125.338	56.402
30/06/2025	136.023	61.210
Total	261.361	117.612

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor, respeitando os limites impostos pela Resolução CMN nº 4.885/20.

Em conformidade ao comunicado ao mercado, divulgado em 28 de março de 2023, a distribuição de juros sobre o capital próprio passou a ser realizada semestralmente, mediante deliberações do Conselho de Administração nos meses de junho e dezembro. A política atual de distribuição de proventos, com volumes anuais baseados nos limites máximos de juros sobre capital próprio, de acordo com a legislação em vigor, e incluindo o dividendo mínimo para o ano calendário, permanece inalterada.

Em 24 de junho de 2025, o Conselho de Administração do Banco ABC Brasil, aprovou proposta da diretoria para distribuição de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 261.361, que representa um valor bruto de R\$ 1,0860 por ação ordinária e ação preferencial. O valor distribuído foi pago em 10 de julho de 2025.

c) Destinação dos lucros**i) Reserva de lucros - Equalização de dividendos**

Por deliberação dos acionistas, através de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta reserva de lucros para equalização de dividendos destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, limitada a 80% do capital social, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

ii) Reserva de lucros - Recompra de ações

A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência.

iii) Reserva de lucros - reserva legal

A constituição da reserva legal obrigatória de 5% sobre o lucro líquido apurado em 30 de junho de 2025 apresenta o montante de R\$ 23.484.

d) Ações em tesouraria

Durante o semestre findo em 30 de junho 2025, com base em autorização do Conselho de Administração para a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, foram recompradas 950.000 ações preferenciais.

Em 30 de junho de 2025 o valor total de ações recompradas em tesouraria é de R\$76.573 equivalente à 4.208.852 ações preferenciais. O custo médio por ação recomprada em tesouraria em 30 de junho de 2025 é de R\$ 18,19 reais.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

Movimentações das ações em tesouraria:

	<u>30/06/2025</u>
No início do semestre	4.360.960
Recompra	950.000
Ações entregues	(1.102.108)
No final do semestre	4.208.852

Em 26 de março de 2024, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar novo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia, para fins de permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

O prazo máximo para realização das operações autorizadas será de 18 meses a partir desta data, tendo como termo final o dia 26 de setembro de 2025, até o limite de 7.200.000 ações preferenciais.

e) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação, é calculado em conformidade com o CPC 41 – Resultado por ação, e é assim demonstrado:

i) Básico

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 23 e).

	<u>30/06/2025</u>
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	469.667
Quantidade diária média ponderada de ações	232.676.325
Lucro básico por ação (em reais)	2,02

ii) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado de forma similar ao lucro básico por ação, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão das ações potencialmente diluíveis no denominador.

	<u>30/06/2025</u>
Lucro atribuível aos acionistas dos controladores da Companhia	469.667
Quantidade diária média ponderada de ações em circulação	236.879.594
Lucro diluído por ação (em reais)	1,98

f) Ajustes decorrentes da implementação da Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23.

Os ajustes decorrentes da implementação das referidas regulamentações estão descritos de forma detalhada na nota 26.

24. Limite operacional - Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº4.955/21, instituiu a apuração do patrimônio de referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e, através da Resolução CMN nº 4.958/21, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de janeiro de 2022. O índice da basileia para 30 de junho de 2025 apurado com base no conglomerado prudencial é de 17,30%. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA).

	<u>30/06/2025</u>
Risco de crédito	3.652.825
Taxas de juros	157.721
Commodities	52.072
Ações	0
Risco operacional	272.226
Cambial	18.115
DRC - Risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação	19.985
CVA - Risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte	70.630
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	4.243.573
Patrimônio de Referência - PR	9.174.219
Excesso de patrimônio em relação ao limite	4.930.646
Conciliação Patrimônio Líquido	
Patrimônio Líquido	6.125.890
Resultado	478.170
Letras financeiras subordinadas - Nível II	1.308.331
Letras financeiras perpétuas - Nível I	1.606.155
Ativos intangíveis	(229.425)
Participação de não controladores	(8.746)
Objeto de financiamento de entidades do conglomerado	(2.523)
Ativo fiscal diferido	(243.008)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perda esperada	140.374
(-) Ajustes negativos ao valor de mercado de derivativos no passivo	(999)
Total Patrimônio de Referência	9.174.219

25. Outras informações**a) Acordo de compensação e liquidação de obrigações:**

O Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo. O Banco mitigou o montante de R\$ 2.109.724 por acordo de compensação no semestre findo em 30 de junho de 2025.

b) Variações cambiais líquidas

Referem-se ao resultado de variação cambial das operações de crédito, operações de empréstimos, cessões e repasses.

26. Implementação da Resolução CMN 4.966/21 e Resolução BCB 352/23.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional divulgou a Resolução nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, com o intuito de aproximar a contabilidade brasileira das normas internacionais (IFRS 9), proporcionando maior transparência e comparabilidade entre as demonstrações financeiras.

A adoção da Resolução 4.966 foi aplicada de forma prospectiva e eventuais ajustes de saldos contábeis de ativos e passivos financeiros foram reconhecidos, em 1 de janeiro de 2025, em contrapartida do Patrimônio Líquido (rubrica de "Lucros Acumulados / Reserva de Lucros" ou "Resultados Abrangentes", conforme o caso).

Em decorrência da adoção inicial da referida Resolução, o total do Patrimônio Líquido foi impactado negativamente em aproximadamente R\$ 9.389, montante este, líquido dos efeitos tributários. Apresentamos a seguir um resumo dos principais impactos provenientes da referida adoção:

a)Reclassificação de títulos e valores mobiliários da categoria "disponível para venda" para a categoria "custo amortizado": Foi registrado um incremento no valor dos ativos, em contrapartida do Patrimônio Líquido ("Resultados Abrangentes"), no montante de aproximadamente R\$ 180 milhões, líquido dos efeitos tributários, decorrente da reversão do saldo de marcação a mercado do referido portfólio.

b)Adoção dos critérios de perda esperada para cálculo de provisões associadas a risco de crédito: Foram registrados incrementos de provisões, em contrapartida de redução no Patrimônio Líquido ("Lucros Acumulados – Reserva de Lucros"), no montante de aproximadamente R\$ 188 milhões, líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, foram efetuadas reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros, de acordo com os modelos de negócios definidos pela Instituição. Referidas reclassificações geraram impactos somente entre linhas do Patrimônio Líquido (rubricas de "Lucros Acumulados - Reserva de Lucros" e "Resultados Abrangentes"), sem alterar o total do Patrimônio da instituição. Apresentamos a seguir um resumo dos principais impactos decorrentes das referidas reclassificações:

a)Reclassificação de títulos e valores mobiliários da categoria "disponível para venda" para "valor justo por meio do resultado": o saldo negativo de marcação a mercado, no montante de aproximadamente R\$ 60 milhões, líquido dos efeitos tributários, foi reclassificado de "Resultados Abrangentes" para "Lucros Acumulados – Reserva de Lucros".

27. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve resultado classificado como não recorrente.

Banco ABC Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
30 de junho de 2025
(Em milhares de reais)

A Diretoria

Comitê Executivo

Alexandre Yoshiaki Sinzato
Antonio José Nicolini
Antonio Sanchez Junior
Izabel Cristina Branco
João Marcos Pequeno De Biase
Leopoldo Martinez Cruz
Rodrigo Andreos Cordeiro
Sergio Lulia Jacob
Sergio Ricardo Borejo

Diretores

Adriana Fernandes Peres
Carlos Augusto Del Monaco De Paula Santos e Silva
Daniel Credidio Brandão Barbosa de Oliveira
Edgard de Souza Toledo Neto
Eduardo Pinus
Eduardo Sperl
Everthon Novaes Vieira
Fabio Henrique Leandro Sartori
Felipe Sene Tamburus
Frederic Jun Hokumura Stols
Guilherme dos Santos Ghilardi
Mauro Sanchez
Marcos Chadalakian
Rafael Ferreira Garrote Paiva
Ricardo Miguel de Moura
Rodrigo Montemor
Rodrigo Sotero Galvão